

# política

## Aprovado reajuste de 5,25% do piso regional

Valores variam de R\$ 1.656,52 na faixa 1 a R\$ 2.099,27 na faixa 5

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

O reajuste em 5,25% do piso regional gaúcho foi aprovado nesta terça-feira na Assembleia Legislativa do RS. O projeto integra um pacote de mais de 30 propostas encaminhado pelo Executivo ao parlamento no início de novembro, e recebeu 40 votos favoráveis e 3 contrários.

Com a aprovação, os valores dos salários-mínimos do Estado variam de R\$ 1.656,52 para a faixa 1 - a mais baixa - a R\$ 2.099,27 para a faixa 5 - a mais alta. O vice-governador Gabriel Souza (MDB), compareceu à Assembleia para uma homenagem aos 183 anos da Polícia Civil e comentou a proposta. "O governo entende que é algo que vai repor o poder aquisitivo dos trabalhadores neste período, em parte. E, ao mesmo tempo, não inviabiliza o setor produtivo", disse Souza. Para o vice-governador, o reajuste de 5,25% é "razoável" tanto para os trabalhadores contemplados pelo aumento do piso, quanto para os empregadores do Estado.

As bancadas de oposição ao governo Eduardo Leite (PSDB) protocolaram uma emenda que propunha que o reajuste fosse de 9%, mas a matéria não foi apreciada em razão da aprovação de um requerimento de preferência.

## Deputados votam projeto sobre carreiras do MP gaúcho

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

Foi aprovado ontem o projeto de lei que estabelece planos, cargos, carreiras e salários dos servidores do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul e cria 220 cargos para o assessoramento aos membros do MP e da Administração, na Assembleia Legislativa do Estado. A matéria tem autoria da Procuradoria-Geral de Justiça e recebeu 44 votos favoráveis e 1 contrário.

A aprovação da medida ocorreu após um acordo firmado entre o governo e o Sindicato

### Como ficam os salários com o reajuste proposto pelo governo:

- **Faixa 1** (agricultura; pecuária; pesca; indústrias extrativas e da construção civil; empregados domésticos e de garagens): de R\$ 1.573,89 para R\$ 1.656,52;
- **Faixa 2** (indústrias de vestuário de fiação e tecelagem, de artefatos de couro e do papel; jornais e revistas; limpeza; hotéis, restaurantes e bares): de R\$ 1.610,13 para R\$ 1.694,66;
- **Faixa 3** (indústrias do mobiliário, químicas, farmacêuticas, cinematográficas e de alimentação; comércio): de R\$ 1.646,65 para R\$ 1.733,10;
- **Faixa 4** (indústrias metalúrgica, gráfica, de vidros, de artefatos de borracha e de joalheria; edifícios; auxiliares de escolas; marinheiros; vigilantes): de R\$ 1.711,69 para R\$ 1.801,55;
- **Faixa 5** (trabalhadores técnicos de nível médio): de R\$ 1.994,56 para R\$ 2.099,27.

Se esta medida fosse acatada, os valores dos mínimos seriam entre R\$ 1.715,54 e R\$ 2.174,07.

Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS) e da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB-RS) acompanharam a sessão nas galerias do plenário, e defenderam o reajuste proposto pela oposição. Para o tesoureiro da CUT-RS, Antônio Guntzel, a proposta do Executivo "não é suficiente, mas aceitável".

Outro argumento dos trabalhadores e dos deputados de esquerda é que o RS tem o menor piso entre os três estados da Região Sul, o que resultaria na migração de funcionários para Santa Catarina e Paraná.

Além desta emenda de revisão do índice, outras duas foram

protocoladas pela oposição. Uma delas buscava assegurar que o reajuste fosse pago já no mês de dezembro, enquanto a outra era para garantir a permanência do piso regional gaúcho como política pública do Estado. Com a aprovação do requerimento, os deputados não as apreciaram.

Votaram contra o reajuste os deputados Guilherme Pasin (PP), Rodrigo Lorenzoni (PL) e Felipe Camozzato (Novo). Para Pasin, o atual crescimento econômico gaúcho não é superior ao dos outros estados brasileiros, e o Estado deveria adotar o piso federal.

Nas sessões das duas próximas semanas, em 10 e 17 de dezembro, últimas de 2024, os deputados apreciam os demais projetos do pacote do governo Eduardo Leite.

to dos Servidores do Ministério Público do RS (Simpe-RS). Após meses de negociações, o líder do governo Eduardo Leite (PSDB) no parlamento, deputado Frederico Antunes (PP), protocolou uma emenda com alterações ao projeto inicial, a partir dos acertos junto ao Simpe-RS. A emenda foi aprovada por unanimidade.

"A emenda traz de volta as duas emendas que nós havíamos protocolado, de autoria da deputada Luciana Genro (PSOL), que regulamentava o auxílio-condução dos funcionários do MP e a emenda da responsabilidade técnica", afirmou o presidente do Simpe-RS, Jodar Prates.

Conforme Prates, a emenda

da responsabilidade técnica trata da garantia que funcionários com nível superior não assinem laudos que não sejam de sua área de atuação, e esta competência fique a cargo dos analistas do Ministério.

O acordo entre o Simpe-RS e o governo do Estado ocorreu após meses de negociações e manifestações negativas do sindicato em relação ao Executivo, em que os servidores reclamavam do descumprimento de pactos firmados anteriormente. Agora, a entidade e a gestão estadual entraram em consenso.

O único parlamentar a votar contra o projeto foi Felipe Camozzato (Novo).

## Maurício Loss deixará Dmae em 2025; Bruno Vanuzzi assume cargo

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Maurício Loss não será mais o diretor-presidente do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) na gestão de 2025. A informação foi divulgada na manhã de ontem pelo prefeito Sebastião Melo (MDB) em comunicado em seu perfil pessoal na rede social X (antigo Twitter). Quem assume o cargo a partir de janeiro é Bruno Vanuzzi.

Loss está à frente do departamento desde o dia 9 de fevereiro de 2023, passando por toda a tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul no cargo. Durante os quase dois anos de Dmae, ele sofreu diversas críticas, principalmente por conta dos alagamentos que tomaram conta da cidade múltiplas vezes durante sua gestão.

Vanuzzi é bacharel em Direito graduado pela Ufrgs e procurador estadual de carreira. Recentemente, atuava como diretor de Desenvolvimento Imobiliário da Região Sul da Multiplan. Na esfera pública, foi secretário municipal de Parcerias Estratégicas e secretário Extraordinário de Parcerias no governo do RS.

"Assumo a missão com muita honra e ciente da responsabilidade de liderar um projeto essencial para a vida da cidade. Temos desafios de curto, médio e longo prazos, desde a recuperação imediata de resposta e resiliência, além da infraestrutura de drenagem de áreas sensíveis e do abastecimento nas comunidades. E tudo passa pelo fortalecimento e pela qualificação do Dmae", manifestou Vanuzzi



Loss está à frente do departamento municipal desde fevereiro de 2023

## Consulta Popular do orçamento do RS vai até esta sexta-feira

/ GOVERNO DO ESTADO

A votação da Consulta Popular de 2024 iniciou às 7h nesta segunda-feira e se estende até 23h59min de sexta-feira. A iniciativa é a última etapa do processo participativo, em que são definidas prioridades regionais a serem incorporadas no orçamento do Rio Grande do Sul. Os cidadãos podem votar nas ações que consideram essenciais pelo portal online e pelo Whatsapp, através do número (51) 3210-3260.

Neste ano, o governo do Estado destinou R\$ 60 milhões na consulta, mesmo valor de 2023, e o valor é distribuído entre as 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) é a pasta responsável pela Consulta Popular, que em 2024 traz como tema a re-

construção do Rio Grande do Sul após as enchentes de maio.

Para participar da votação pelo site, o cidadão deve acessar o portal da Consulta Popular, informar o título de eleitor e, então, escolher a ação que deseja ver implementada. Caso não tenha em mãos o número do título, poderá obtê-lo por meio do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em seguida, o cidadão será encaminhado à cédula de votação regional, que contém entre duas e seis ações, definidas a partir do Caderno de Demandas Elegíveis pelas Assembleias Ampliadas, realizadas em novembro em todos os Coredes.

A Consulta Popular foi instituída no Rio Grande do Sul em 1998, e é um mecanismo participativo que colabora para a definição de prioridades do orçamento estadual.